



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão Permanente de Convênios (CPCo)

ATA Nº 2/2024/CPCo

1 Ata da II sessão ordinária da CPCo de 2024, realizada às catorze horas e cinco minutos do dia
2 vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, de forma remota. A reunião foi presidida
3 pelo Pró-Reitor de Pesquisa, Wagner Alves Carvalho, com a presença dos seguintes membros:
4 Fábio Furlan Ferreira, Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa; Fábio Danilo Ferreira, diretor da Agência
5 de Inovação da UFABC (INOVA); Priscila Carvalho Dalviasom, representante Suplente da Pró-
6 Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC); João Paulo Gois, representante Suplente da Pró-
7 Reitoria de Pós-Graduação (PROPG); Sônia Maria Malmonge, representante Titular do Centro
8 de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS), Sara Cid Mascareñas Alvarez,
9 representante da Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e Edson Pinheiro Pimentel,
10 representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC). Convidados: Glaucia Bambirra
11 Silveira, Chefe da Divisão de Parcerias da INOVA; Erick Dario León Bueno de Camargo, docente
12 do CECS; Raphael Yokoingawa de Camargo, docente do CMCC; Mônica Yukie Kuwahara,
13 docente do CECS, Mohammad Masoumi, docente do CECS e João Pereira do Carmo Filho,
14 técnico administrativo do NETEL. Apoio administrativo: Vanessa Santos de Oliveira, assistente
15 em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o Pró-Reitor de Pesquisa,
16 Wagner Carvalho, após cumprimentar os presentes, inicia a sessão. **Informes:** Não há. **Ordem**
17 **do Dia:** 1- Ata da I Sessão ordinária de 2024, realizada no dia 31 de janeiro de 2024. Aprovada
18 com duas abstenções e alterações. **Expediente:** 1 - Solicitação de Celebração de Termo de
19 Execução Descentralizada (TED) com contratação de Fundação de Apoio. Coordenadora Angela
20 Terumi Fushita * Demandante/Relator: Angela Terumi Fushita e Inova. João Pereira justifica a
21 ausência da professora Ângela e informa que é necessário fazer ajustes no Plano de Trabalho e
22 que tais alterações passem pela análise da CPCo. Questiona se há algum documento que
23 formaliza essas alterações e se é um procedimento formal ou interno da Inova. Fábio esclarece
24 que o mérito do projeto foi para a CPCo, sendo aprovado e foi enviado à análise para que a
25 comissão fique ciente das alterações feitas. O processo de TED está sendo discutido com a
26 Reitoria e PROAD e com estes em relação à contratação de fundação de apoio que
27 eventualmente acontece nos TED's. Glaucia relembra que o Plano foi anteriormente aprovado
28 pela CPCo e, como foram feitas alterações na parte orçamentária, a fundação de apoio solicitou
29 que fosse encaminhado o Plano de Trabalho assinado e aprovado pela instituição pra que seja
30 executado conforme as novas rubricas. Uma delas consta como software, constando este como
31 investimento, o que o TED não permite, por isso a necessidade de avaliação. João Pereira
32 esclarece que a questão relativa ao software foi uma solicitação da própria fundação de apoio e
33 não seria aplicado como investimento por se tratar de licenças antiplágio dos processos
34 educacionais. Sara questiona a respeito do que exatamente foi alterado e por qual motivo e
35 como será feita a contratação da equipe de apoio. E chama a atenção para, o fato de que o
36 projeto vem pelo Núcleo Educacional de Tecnologias e Línguas (NETEL), em que a coordenadora
37 é a dirigente do setor, quem elabora, não aprova. Já que a diretora está como coordenadora,
38 que a aprovação seja pelo seu superior. João Pereira, com relação aos pontos alterados,

39 esclarece que há problemas com precificação de fundações de apoio, há o orçamento de
40 R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), e a fundação informa esse mesmo valor e diz que
41 o projeto será de R\$900.000,00 gerenciado, e o valor a ser considerado é o valor gerenciado,
42 não o do TED. A portaria de credenciamento da Fundação de Apoio à Universidade Federal de
43 São Paulo (FapUnifesp), estava expirada e isso culminou na impossibilidade de efetuar os
44 pagamentos todos através de bolsa, mas a Procuradoria Federal (PF) entende não ser possível
45 pagamento na modalidade celetista, o que gerou confusão na interpretação da informação,
46 pois a fundação de apoio pode sim fazer pagamentos nessa modalidade. Diante disso, seguindo
47 o parecer da PF, houve a alteração no Plano de modelo de contratação de celetista para
48 autônoma. Compras de passagem também são geridas e pagas dentro do projeto. Com relação
49 à coordenação e aprovação, será revisto e atualizado. Sara comenta que tem dúvidas com
50 relação à possibilidade de contratação de celetista pela fundação. O que é certo é que poderia
51 ser contratada uma empresa que faça a gestão de terceirizados ou autônomos mesmo. Sara
52 chama a atenção para o fato de que quando a PF analisou o processo, ainda estava com a
53 proposta de contratação da FapUnifesp. A mudança se deu depois e foi devidamente justificada
54 no processo e diz que a questão de uma equipe de apoio ainda não ficou muito clara. João
55 Pereira explica que a equipe de apoio está incluída no Plano devido à dimensão do trabalho,
56 servindo como apoio administrativo. Sara comenta que dentro do Plano de despesas voltadas
57 para pessoa física, há menção de contratação de autônomo, de auxílio estudantil bolsa
58 permanência, de bolsa para equipe da UFABC e de valor destacado para equipe de apoio no
59 valor de R\$ 1.096.800,00 e a dúvida seria se a UFABC se comprometeu a fazer o projeto, mas
60 não tem equipe suficiente e, por isso, é necessário contratar além do apoio administrativo e
61 financeiro que a fundação oferece para que sejam desempenhadas algumas atividades e que
62 seriam pagas por bolsa. Com relação a isso, Sara questiona se esse gasto então deveria estar
63 dentro de outra categoria de pagamento, já que bolsas podem ser fornecidas somente a quem
64 tem vínculo com a UFABC ou se trata-se de contratação de empresa a gerar esse pessoal e
65 entraria como contratação de pessoa jurídica. Chama a atenção de que a universidade não
66 pode se comprometer a fazer uma atividade para depois contratar outras pessoas para tal.
67 Edson faz uma comparação entre o item 18, que é o Plano de Trabalho, e o 11, Plano
68 21/02/2024, e suas diferenças orçamentárias e categorias de pessoas contratadas e questiona a
69 respeito da gestão financeira em questão. Fábio coloca que, por ser uma atividade diferente, é
70 importante ter uma equipe de apoio para gestão dos bolsistas e outras atividades do projeto.
71 Wagner comenta que nos financiamentos externos, sempre que as agências financiadoras
72 permitem, é sugerido aos coordenadores das propostas incluam apoio técnico e administrativo
73 para execução, guardadas a devidas distinções entre projetos de pesquisa e a proposta avaliada
74 pela comissão. João Pereira comenta que a equipe técnica se compõe de autônomos, bolsa de
75 apoio administrativo e bolsa de apoio pedagógico, sendo este atuante no ambiente virtual de
76 aprendizagem, sendo que a própria universidade não possui esse profissional. A equipe tem
77 coordenadores de curso, supervisores de conteúdo que, muitas vezes, já são docentes da
78 UFABC ou têm vínculos estabelecidos em um processo seletivo no qual são vinculados como
79 pesquisadores. Com relação à dúvida do Edson, as fundações de apoio pedem que seja feita
80 uma ficha de gestão numerando na prestação de contas todo mundo que está participando do
81 processo. Não são bolsas que ocorrem todas ao mesmo tempo, são divididas em dois
82 semestres, é feito o vínculo mediante processo seletivo com a UFABC e eles recebem o valor de
83 R\$300,00. Sara questiona de que forma a equipe de apoio será remunerada. João Pereira diz
84 que haverá um processo seletivo e as vagas serão publicadas, aquelas que não forem possíveis
85 de serem vinculadas com bolsa, entrarão como vagas de autônomos, como de apoio de
86 administrativo, por exemplo, que pode ser feito através de seleção simplificada. Sara comenta

87 que é necessário fazer a distinção desses dois tipos de apoios. João se dispõe a consultar a
88 respeitos desses assuntos e concorda que há casos separados de contratações e seleções. Sara
89 indaga se haverá prejuízo para o projeto manter o item no expediente para ser retomado com
90 as informações. João Pereira responde que não e pede que as dúvidas sejam encaminhadas
91 para que possam ser sanadas e o projeto analisado novamente na próxima reunião. Wagner
92 corrobora a decisão. **2 - Análise da renovação da autorização da FUNDEP como fundação de**
93 **apoio à UFABC referente a 2024/2025. Demandante/Relator: Inova.** Glaucia explica que a
94 autorização é renovada anualmente e irá expirar no mês de julho. Em pesquisa de avaliação
95 referente ao ano de 2023, a Inova disponibilizou a documentação para a comissão para análise
96 com relação à avaliação do credenciamento. Há 37 projetos em andamento cuja realização
97 foi feita pela antiga ACIC, no valor de R\$ 54.889.418,33 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos
98 e oitenta e nove mil, quatrocentos e dezoito reais e trinta e três centavos) e £ 136.100,00 e \$
99 57.946,00, conforme anexo 1 do despacho apresentado pela Inova. Foram consultados cerca de
100 24 coordenadores ; 19 responderam esse questionário e 84,2% deles recomendaram a
101 renovação da autorização. Caso aprovada pela CPCo, será encaminhado ao ConsUni para que
102 seja ratificado. Glaucia aponta que houve melhoria na avaliação pelos coordenadores e nas
103 ações por parte da Fundep e ressalta que é importante a renovação, pois o indicado é ter, pelo
104 menos, duas fundações de apoio para ter uma melhor adequação de gerenciamento dos
105 projetos. Sônia pede para fazer duas observações e comenta que na avaliação anterior chamou
106 atenção o fato da Fundep também, naquele momento, realizar gestão de projetos institucionais
107 e os coordenadores desses projetos não respondem a esse questionário de avaliação. Sônia
108 sugere a participação destes também e questiona a Glaucia se o relatório é do ano em 2022,
109 pois não está disponível o de 2023. Glaucia responde que a versão de 2023 não está pronta pois
110 depois de pronto, tem que passar pelo conselho curador na Fundep para aprovação. Mediante
111 consulta ao GAT, foi informado que não é necessário fazer a renovação com o relatório de 2023
112 em mãos, sendo necessário posteriormente passar pela CPCo e ConsUni. Sônia comenta que já
113 antes defendia que uma solicitação deveria ser feita para a Fundep para que algumas
114 informações relativas à UFABC fossem mais detalhadas, pois a Fapesp faz algumas solicitações
115 sobre uma série de dados que tem de ser obtidos com as fundações e desde 2019 há essa
116 dificuldade. O item é promovido à Ordem do Dia. Em seguida, o item é aprovado por
117 unanimidade. **3 - Análise de solicitação de Atividade Externa Remunerada -**
118 **Demandante/Relatoria: Erick Dario León Bueno de Camargo (CECS).** Prof. Erick relata o projeto,
119 colocando o pedido de isenção de TRI. Sara retoma que no seu entendimento em um projeto
120 externo a UFABC, mesmo com recurso público, não caberia a isenção em atividade externa
121 remunerada. A comissão consulta as resoluções da CPCo. Sônia aponta que se estiver claro que
122 se trata de uma bolsa concedida, caberia a isenção de TRI. Sara coloca que é importante que
123 todas as informações estejam claras para os docentes e para a direção dos centros, que enviam
124 as solicitações, porque as mesmas não estão completas, faltando informações da forma como
125 será recebido esse valor e a isenção de TRI. Prof Erick esclarece o histórico da pesquisa e da
126 solicitação da atividade. Wagner esclarece que no processo enviado pelo CECS, a atividade
127 estaria enquadrada no item 12 da resolução da CPCo. Prof Sônia sugere que o Prof Erick peça
128 uma comprovação de bolsa para o professor Mario Amato e solicitar que o CECS corrija o
129 enquadramento. Prof Erick sugere, pela urgência de aprovação, que a solicitação seja aprovada
130 com o enquadramento original, e que ele entre com o pedido de isenção após o documento
131 comprobatório de bolsa. Sônia coloca que há duas opções, que se mantenha o item no
132 expediente e que o professor dê início a esse pedido de comprovação de bolsa pelo centro, ou
133 que a CPCo aprove o item nessa condição e ele teria que cancelar a autorização da CPCo, e já
134 começaria a pesquisa pagando a TRI. Prof Erick aponta que prefere que a comissão aprove e ele

135 pague a TRI para não atrasar a pesquisa. O item é promovido à Ordem do Dia e é aprovado por
136 unanimidade. 4 - Análise de solicitação de isenção de TRI referente à atividade externa
137 remunerada. Demandante/Relator: Mohammad Masoumi. Mohammad relata que de fevereiro
138 de 2021 a fevereiro de 2023 esteve em projeto com a Universidade Federal do Ceará como
139 pesquisador convidado e, nessa época, sua filha de dois anos foi diagnosticada com autismo.
140 Para resolver a respeito da TRI a ser paga, Mohammad entrou em contato com algumas esferas
141 e foi aconselhado a resolver via curadoria judicial, mas optou por resolver diretamente com a
142 CPCo. Menciona a lei de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista
143 que prevê uma isenção de imposto de renda, por esse motivo pleiteia uma possível isenção de
144 TRI. Wagner abre espaço para discussões. Sara observa que a atividade se encerrou há um ano
145 e o indicado é que o recolhimento da TRI seja feito em seguida, o que não ocorreu. Menciona
146 também que a referida lei não serviria como um possível argumento de isenção de TRI dentro
147 da universidade. Considerando o lapso temporal, a possibilidade de mudança de decisão fica
148 prejudicada. Mohammad menciona que anteriormente já tentou resolução pelo Centro e este
149 indicou a PJ e, posteriormente, a CPCo. Questiona se, então, há outras possibilidades de
150 pagamento, como parcelamento, por exemplo. Fábio corrobora que é difícil para a comissão
151 deliberar a respeito do assunto e comenta que a competência conferida pelo ConsUni à CPCo
152 seria a de isentar a TRI em casos de interesse institucional e, no presente caso, talvez a análise
153 extrapole tal competência e que seria difícil para a comissão. Wagner comenta que não há
154 competência da comissão para a resolução e isso poderia, inclusive, mais tarde gerar um
155 questionamento do motivo pelo qual foi tomada tal decisão por um órgão que não tinha a
156 competência para decidir. Sara adiciona que o recolhimento é feito via GRU no valor integral e
157 consta na resolução pertinente que o valor é recebido pela universidade e depois distribuído
158 em áreas. Indica que o professor converse com o Centro e verifique a possibilidade de
159 parcelamento, pois não há a exigência de que seja feito o recolhimento de uma só vez. Wagner
160 menciona que, caso o Centro não se sinta a vontade para decidir, consultará um embasamento
161 legal ou a PF. 5 - Análise de solicitação de Atividade Externa Remunerada.
162 Demandante/Relatoria: Raphael Yokoingawa de Camargo (CMCC). Raphael explica que o Plano
163 enviado faz parte de um projeto que tem várias partes, sendo uma delas relativa à mobilidade e
164 esse centro firmou parceria com a Secretaria de Parcerias e Concessões do Rio de Janeiro para
165 apoio na elaboração de uma proposta estrutural e fazer modelagem da rede metropolitana de
166 transportes, sendo seu papel coordenar uma equipe de tecnologia e dados. O pagamento se
167 dará na forma de bolsa de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas com enquadramento no item
168 12. Wagner questiona se alguém se há oposição para que o assunto passe à Ordem do dia e,
169 não havendo, comissão vota e aprova item por unanimidade. 6 - Análise de solicitação de
170 Atividade Externa Remunerada. Demandante/Relatoria: Mônica Yukie Kuwahara (CECS).
171 Monica projeta para a comissão o material relativo a trabalho seu publicado sobre indicadores
172 de qualidade de vida que têm sido usados como parâmetros de análise de impacto dentro da
173 economia. O objeto de estudo é a possibilidade de uma operação urbana em Porto Alegre. A
174 professora foi convidada a montar um banco de dados que possa ser usado por outros
175 pesquisadores. Wagner questiona se alguém tem considerações e, não havendo, propõe que
176 item passe à Ordem do dia. Em seguida, item é aprovado por unanimidade. 7 - Análise de
177 Atividade Externa Remunerada. Demandante/Relatoria: Klaus Frey (CECS). Klaus encontra-se
178 ausente e Sara comunica que não foram disponibilizados o Plano de Trabalho e declaração de
179 horas para análise, ficando item então pendente para deliberação em próxima reunião. 8 -
180 Prestação de contas TRI 2023. Wagner questiona se membros avaliaram os documentos e se
181 gostariam de fazer comentários. Não há manifestação. Wagner comenta que o material indica
182 dificuldade de uso dos recursos. Sara comenta que por valor ser recebido de forma fracionada e

183 em momentos distintos ao longo do ano há dificuldade de uso, o que não significa que o
184 recurso não tem sido usado. Uma providência a ser tomada pode ser a revisão da resolução
185 que trata sobre a TRI para melhor redistribuição do valor. Wagner comenta que há discussões
186 nesse sentido. 9 - Relatório CPCo 2023. Wagner ressalta que, uma vez aprovado pela comissão,
187 o relatório deve ser apresentado aos órgãos colegiados superiores. Wagner observa que o
188 número de itens tem sido elevado e que um comparativo pode ser feito com dados de 2022
189 para melhor visão dos trabalhos de 2023. Sônia questiona a respeito das recomendações
190 anteriores da Auditoria Interna – AUDIN. Wagner informa que não foram recebidas
191 recomendações ou cobranças do referido setor. Sara sugere que seja excluído do relatório o
192 item que menciona a discussão sobre o fluxo do processo eletrônico para os processos de
193 atividade externa remunerada. Wagner, em seguida, faz um comparativo com os dados de
194 2022 e vê que as demandas aumentaram e os valores também tiveram aumentos significativos.
195 No caso das atividades externas remuneradas houve decréscimo. A apresentação dos dados
196 nas reuniões de órgãos colegiados dará uma visão do desenvolvimento das atividades da
197 comissão, demonstrando a importância do órgão. Sônia acrescenta que o aumento de valor se
198 deu, talvez, pela entrada de algum projeto em específico com montante alto. Wagner
199 questiona se alguém se opõe à passagem do item para a Ordem do Dia. Sem manifestações,
200 relatório é aprovado por unanimidade. Wagner dá por encerrada a reunião, da qual, para
201 constar, eu, Vanessa Santos de Oliveira, assistente em administração da Secretaria-Geral, lavro
202 esta ata que, após aprovada, será assinada por mim e pelo presidente da CPCo.

VANESSA SANTOS DE OLIVEIRA
Assistente em Administração

WAGNER ALVES CARVALHO
Presidente da CPCo